



Capital-imperialismo Subalterno e Dependente e Programa Democrático e Popular

Isabel Mansur Figueiredo¹

Resumo

A partir da hipótese de ingresso do Brasil, ainda que de maneira subalterna e dependente, no rol de potências monopolistas internacionais, debateremos, neste artigo, com teorias que se dedicaram a refletir sobre as transformações contemporâneas na configuração do capital. Ecoando sobre o debate programático, buscamos explicitar o impacto dessas mudanças no anacronismo das formulações da esquerda brasileira, salientando a necessidade premente de superação do Programa Democrático e Popular.

Palavras-chave: *Imperialismo; Capital-imperialismo; Programa Democrático e Popular.*

Capital-imperialismo Subalterno y Dependiente y Programa Democrático y Popular

Resumen

Desde la hipótesis de la entrada de Brasil, aun que de manera subalterna y dependiente, en el rol de las potencias monopolistas internacionales, discutimos, en ese artículo, con teorías que se dedican a reflexión acerca de las transformaciones contemporâneas en la configuración del capital. Haciendo eco sobre el debate programático, buscamos explicitar el impacto de esos cambios en el anacronismo de las formulaciones de la izquierda brasileña, dejando claro la urgente necesidad de superación del Programa Democrático y Popular.

Palabras clave: *Imperialismo; Capital-imperialismo; Programa Democrático y Popular.*

Capital-imperialism Subaltern dependiente y y Democratic People's Program

Summary

From the hypothesis of entry of Brazil, albeit subordinate and dependent, on the list of international monopolistic powers, so we will discuss in this article, with theories that have dedicated themselves to reflect on the contemporary transformations in the capital setting. Echoing on the programmatic debate, we tried to explain the impact of these changes on the anachronism of the formulations of the Brazilian left, stressing the urgent need to overcome the Democratic People's Program.

Keywords: Imperialism; Capital-imperialism; Democratic and Popular program.

¹ Socióloga, graduada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente é doutoranda no Programa de Pós Graduação em Serviço Social da UFRJ e Monitora do Núcleo de Educação Popular 13 de Maio.

O presente artigo pretende colaborar com as investigações sobre a expansão e aprofundamento do imperialismo no mundo e no Brasil. Partimos do pressuposto de que o capitalismo brasileiro tenha amadurecido a ponto de ingressar, ainda que de maneira subalterna e na posição de “sócio minoritário”, no rol das potências monopolistas internacionais. Por outro lado, busca fortalecer o processo de adensamento crítico ao Programa Democrático e Popular e às alternativas políticas que se encerrem em projetos de desenvolvimento do capital em marcos (supostamente) nacionais.

Marx, ao revelar os acontecimentos que se desdobraram da Revolução Francesa, depreenderia que “*a história só surpreende a quem de história nada entende*”. Se é verdade que os homens fazem sua própria história não da maneira como querem, mas sob condições legadas por seu passado, um processo de gestação das condições para irrupção deste novo patamar de concentração de capitais já estaria germinando, até que, num certo grau de seu desenvolvimento e amadurecimento, pudesse vir à tona. Sua chegada, no entanto, não aparenta o processo, apresentando-se como um “*raio em dia de céu azul*”.

De fato, tal acontecimento não se trata de um acaso nem, muito menos, de algo surpreendente. Caberá então, ao fôlego emanado no evoluir desse artigo, buscar as contradições históricas que fundamentam a hipótese de aprofundamento das relações capitalistas ora em curso no Brasil no momento da plena efetivação do Programa Democrático e Popular, que nasceu negando-as firmemente.

Somamos-nos à defesa de que o desenvolvimento do capitalismo internacional, o aprofundamento dos monopólios e de grandes transnacionais denota uma nova qualidade na concentração do capital, o *imperialismo*, como nos legou Lênin. No entanto, quase um século depois, a configuração dos monopólios ampliou-se, apontando para uma ainda mais profunda centralização de capitais e para o adensamento de sua face monopolista.

A pergunta da qual compartilhamos é a seguinte: não estaríamos, então, em um novo momento deste imperialismo no Brasil e no mundo? Utilizando como paradigma de análise o conceito de *capital-imperialismo* de Virgínia Fontes, propomo-nos a refletir sobre a conformação do imperialismo brasileiro contemporâneo.

De que maneira, entre mais de meio século de debates sobre obstruções ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro, *tarefas relegadas ao atraso*, análises que apontavam a condição estruturalmente dependente e subdesenvolvida desta particularidade, o capitalismo brasileiro teria chegado a sua completude e mais, à sua centralização e expansão?

Qual a sua nova feição e qual a sua gênese – e, portanto, seus laços de mediação e manutenção com o seu passado: permaneceria o capitalismo brasileiro diante da pujança de um capital internacional funcionante, produtivo e concentrado, ainda dependente²?

Os desafios deste artigo se inscrevem, no campo teórico, nos marcos do debate sobre a completude do capitalismo-imperialismo brasileiro e sua implicação, para agenda crítica, na necessidade de discussão programática. No campo teórico-político, enseja contribuir para a superação dos desafios postos ao âmbito da principal trincheira de oposição à expansão do capital para todos os setores da vida social: a luta de classes.

O Capital-Imperialismo: Manutenção e Aprofundamento da Ordem Imperialista Internacional.

É amplamente aceita hoje, e trabalhada por diversos autores vinculados a diversas vertentes da tradição Marxista, a caracterização de que o novo momento do capital se basearia no processo de *financeirização* da economia. A depender de como se trabalhe o tema, esta categoria de análise pode acabar contribuindo no sentido de autonomizar o processo de acumulação do capital de seus determinantes reais. Seguindo o método interpretativo de Marx, buscaremos, junto aos argumentos trazidos à baila por Fontes³, observar o movimento de expansão do capital a partir do sequestro permanente do sobretrabalho na forma de mais-valia. Cabe destacar que o pressuposto adotado coaduna-se com o fato de que, para a abordagem ontológica Marxista, é o trabalho que particulariza o homem como ser social uma vez que é este que permite transformar os bens da natureza – valores de uso – no conjunto de bens necessários à reprodução social de suas vidas.

O transcurso do capitalismo no Brasil só pode ser compreendido em seu âmago a partir de seu elo com o desenvolvimento do capitalismo internacional. Neste sentido, é Lênin (1982a) quem chama atenção, no início do século passado, para o salto de qualidade que significava o grau de fusão e concentração que a composição do capital havia atingido, gerando enormes monopólios internacionais e a incorporação, *pari passu*, de distintos ramos de produção capitalista em grandes empresas transnacionais.

²A categoria de *dependência* tem aqui o sentido que a empresta Lênin em “Imperialismo: fase superior do capitalismo”, capítulo VI, parágrafo 22: qual seja, o de nação formalmente independente, mas dependente economicamente – e, até certo ponto, mesmo politicamente – das potências imperialistas; localizada, portanto, numa *posição intermediária* entre estas e as nações àquele momento em situação colonial.

³ FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

Sobre o nascedouro deste fenômeno – cuja essência econômica é o *capitalismo monopolista* – o autor destacava cinco aspectos principais: a) **os fenômenos da concentração e da centralização** – acumulação de massas cada vez maiores de capital nas mãos dos grandes capitalistas e união de capitais já existentes – chegam a tal ponto que surgem os monopólios e estes ganham importância decisiva na vida econômica, mas também na vida social, política e cultural dos países capitalistas; b) **fusão ou interpenetração do capital industrial com o capital bancário, gerando o capital financeiro**; a partir daí, o surgimento de uma *oligarquia financeira* estreitamente ligada ao Estado; c) **a exportação de capital, para além da exportação de mercadorias** (característica do capitalismo concorrencial e que persiste no imperialismo) adquire enorme importância, constituindo *traço típico* do capitalismo monopolista; d) **formação de associações internacionais de capitalistas monopolistas**, que partilham o mundo entre si, sendo a partilha proporcional aos capitais (e, é claro, à força decorrente de sua propriedade); a garantia do meio através do qual se exercerá o controle, se por vias econômicas ou extra-econômicas (medição de forças), é questão *secundária* do ponto de vista dos detentores do capital; e) **a divisão territorial do mundo inteiro entre as potências capitalistas é completada**. Esta última característica é ao mesmo tempo histórica e estrutural (ou “lógica”), considerando que depois de atingi-la o capitalismo não pode nunca mais ser encarado senão como *sistema planetário* – o que reafirma a importância de distinguir entre imperialismo e “impérios” ou qualquer processo de colonização tais como havidos antes do capitalismo⁴. O lugar do imperialismo na história é de ser, portanto, a fase superior do capitalismo, ou, nada menos que o capitalismo monopolista e sua configuração histórica, social e econômica.

Marx já havia apontado a tendência histórica da acumulação e concentração dos capitais na parte final do célebre capítulo XXIV, primeiro livro d’*O Capital*:

(...) o que está agora para ser expropriado já não é o trabalhador economicamente autônomo, mas o capitalista que explora muitos trabalhadores.

Essa expropriação se faz por meio do jogo das leis imanentes da própria produção capitalista, por meio da centralização dos capitais. Cada capitalista mata muitos outros. Paralelamente a essa centralização ou à expropriação de muitos outros capitalistas por poucos desenvolve-se a forma cooperativa do processo de trabalho em escala sempre crescente, a aplicação técnica consciente da ciência, a exploração planejada da terra, a transformação dos meios de trabalho em meios de trabalho utilizáveis apenas coletivamente, a economia de todos os meios de produção mediante uso como meios de produção de um trabalho social combinado, o entrelaçamento de todos os povos na rede do mercado mundial e, com isso, o caráter internacional do regime capitalista. (MARX, Karl.. Vol 1, tomo2)

⁴ Estas características estão descritas sinteticamente por Lênin no capítulo VII, parágrafo 3 do “Imperialismo: fase superior do capitalismo”, e desenvolvidas pormenorizadamente ao longo de cada um dos seis capítulos anteriores a este.

Lênin, incorporando as pistas de Marx afirmava que a “*correção da doutrina de Karl Marx acerca da concentração resulta exatamente demonstrada (...)*”, em pleno período da 1ª grande guerra imperialista mundial. Seu livro tem o mérito de detectar o marco que significou o imperialismo enquanto salto de qualidade que o capitalismo havia dado e de demonstrar a fusão de distintos ramos de capital – industrial e bancário – que já se agrupavam e se concentravam em gigantes de caráter internacional.

Fontes retorna aos argumentos de Marx e Lênin, adendendo inquietações latentes ao tema. Para a autora estamos diante de um momento em que, longe de contradizer o conceito de imperialismo é necessário atualizá-lo de forma a incorporar os aprofundamentos pelo qual passou. Assim,

(...) A ideia de capital-imperialismo procura recuperar os conceitos clássicos para explorar um presente forçosamente diverso do período no qual nasceram, mas que representa a continuidade e o aprofundamento da mesma dinâmica do capital.

Este conceito procura não esquecer que abordamos uma realidade histórica, expansiva e totalizante e, por essa razão, precisamos abarcar as modificações ocorridas no imperialismo no curso dos 90 anos que nos separam de Lênin. Brilhantemente, este autor mostrou que a escala de acumulação atingida na virada do século XIX para o XX *alterou o teor do capitalismo*, que passou a realizar-se sob a forma do imperialismo. Como pensar, de maneira fiel à sua exigência, os saltos gigantescos de escala na acumulação capitalista iniciados após a Segunda Guerra Mundial? Novas determinações resultaram da própria disseminação do imperialismo, quando, para além de dominar o planeta, intensificaram-se tanto as lutas sociais quanto a penetração difusa e desigual – porém estreitamente conectada – das relações sociais próprias do capitalismo, a ponto de o capitalismo tornar-se a forma da vida social, de maneira generalizada e profundamente assimétrica. (FONTES, 2010, p.13).

De tal modo, a noção de *capital-imperialismo* ao contrário de negar sua origem conceitual, busca evidenciar um salto de qualidade no patamar do imperialismo. A intensificação da concentração de capitais – em especial o monetário –, a partilha internacional do mundo pelas empresas transnacionais e a intensa extração de mais-valia, fazem parte de um ciclo constante, que, culminando e se alimentando de crises cíclicas e periódicas rifam parte dos capitalistas do processo de concorrência e nutrem, como antítese, a concentração dos capitais “sobreviventes”.

Para pensar o capital-imperialismo a autora apresenta, nos termos Marxistas, os dois pressupostos inerentes à expansão do capital: a concentração de recursos e a recriação permanente das expropriações sociais. Partindo da concepção de que é na extração do mais valor que “*reside a relação social que sustenta todo o imenso edifício da concentração*

capitalista” (p.21), a existência de trabalhadores livres torna-se pressuposto primordial para relação social que imbrica capital e trabalho – base pela qual um mercado econômico supostamente “livre” poder-se-ia generalizar. No que diz respeito aos dois pressupostos da acumulação, Virgínia resgata os argumentos de Marx em *O Capital* para elucidar a base do capital-imperialismo. Assim, será preciso fazer, aqui, um acompanhamento do raciocínio que edificou o conceito ora apresentado.

No Livro III de *O Capital*, Marx explicita argumentação sobre a *tendência capitalista à concentração da pura propriedade*. Ressaltando as contradições em curso, argui-se se o relativo isolamento dos proprietários de capital portador de juros diante do capital produtivo significava a redução deste último. Sua conclusão apontaria exatamente para o contrário: essa seria uma expressão de que o capital produtivo teria se expandido ainda mais. Tal fenômeno se daria pela nova forma que a concentração tenderia a acontecer sob o capital monopolista, onde o controle *da capacidade potencial da produção* se tornaria central – ou seja, a propriedade do trabalho morto⁵ em sua forma monetária.

Se para Marx toda riqueza social provem do trabalho e, em particular na formação social capitalista o processo de acumulação se viabiliza a partir da extração do mais valor, sua conclusão apontaria, irremediavelmente, na direção de que os juros estão intimamente relacionados ao processo de extração de mais valor pelo capital funcionante. Assim, o juro: “(...) *nada mais é que um nome particular, uma rubrica particular para uma parte do lucro, a qual o capital em funcionamento, em vez de pôr no próprio bolso, tem de pagar ao proprietário do capital.*”⁶.

Marx dá ênfase ao fato de que os juros resultariam diretamente da expansão do capital industrial ou funcionante e, portanto, da apropriação do trabalho humano. Não por acaso não alcunharia essa forma singular de *capital bancário*, mas *capital portador de juros, prestamista ou monetário*. Sua formulação busca dar relevo a real base sobre a qual emerge o capital portador de juros, desfazendo o fetiche de que sua valorização pudesse se resumir a D-D’ – ou, dinheiro que poderia gerar mais dinheiro automaticamente. Assim,

O valor de uso do capital portador de juros (ou capital que imagina se manter permanentemente sob forma monetária) é o de ser utilizado como capital, impulsionando a produção de valor através do capitalista funcionante, termo empregado por Marx para designar a personificação do capital que produz o mais-valor, ao realizar-se o percurso d-m-d’(...) (FONTES, 2010, p.24).

⁵ Trabalho Morto é o conceito usado por Marx n’*O Capital* para designar o trabalho já realizado e materializado em uma mercadoria. Dinheiro enquanto forma especial de mercadoria (equivalente geral) resulta de trabalho passado, portanto, trabalho morto.

⁶ MARX, 1985, Vol.2, p.256 *apud* FONTES, 2010.

Rompendo a representação (D-D'), torna-se possível colocar em xeque dois mitos corriqueiros:

(...) o de que é na atividade da gestão intelectual (sobretudo na complexa gerência de riscos e de taxas, na gestão internacionalizada de capital monetário) que se produz o lucro e o segundo mito, seu complemento, **o de que o trabalho vivo não mais teria qualquer função na vida social.** (FONTES, 2010, p.26, *grifos nossos*).

Virgínia desagregará o processo de valorização do capital monetário, representado-o na fórmula D-d-M-d'-D'. Assim, "D" representaria o capital portador de juros convertido em capital através de empréstimo; "d" o dinheiro nas mãos de quem vai extrair sobretrabalho; "M" o processo de produção da mercadoria através da compra de força de trabalho e meios de produção; "d' " o resultado do processo produtivo que, após a realização das novas mercadorias produzidas são reconvertidos em dinheiro agora acrescido do lucro (?); "D' " o pagamento de juros ou remuneração ao capital portador de juros (monetário) como parcela do lucro gerado no processo produtivo.

Neste sentido, demonstra-se que o Capital portador de juros não poderia ter nunca uma acumulação automática. Ora, o que se trata é justamente do contrário. Fontes destaca que, na medida em que a acumulação ampliada de capital produtivo através da extração de mais-valor favoreceu a generalização dos bancos, estes passaram a cumprir uma nova função: "*a de crédito para o processo produtivo ou, 'capital de comércio de dinheiro'*"(p.27). Essa nova relação alteraria a função dos bancos e permitiria constituir um "*sistema bancário propriamente capitalista, um dos pilares da acumulação*" (p.27).

A intensificação da extração de mais-valor através do capital funcionante, com o conseqüente aumento do excedente, impulsiona a concentração e a centralização monetária (o capital monetário) e este, por seu turno, difunde, impõe e generaliza a extração de mais-valor, ou seja, expande as diferentes formas de capital funcionante, numa espiral tensa e socialmente avassaladora. (FONTES, 2010, p.30).

Assim sendo, a relação *capital-mercadoria* ou *capital monetário* converte-se numa espiral que acelera e aprofunda a extração de mais-valor em ritmo sempre célere visando reembolsar e assegurar sua reprodução.

O capital monetário subordina o conjunto do processo de extração do mais-valor, ao mesmo tempo impulsionando e exigindo não apenas a extração de mais-valor, mas que seja realizada mais intensa e mais rapidamente e, simultaneamente,

distanciando-se aparentemente do processo efetivo de produção do valor. (FONTES, 2010, p.36).

Neste sentido, o processo de separação entre a propriedade do capital mercadoria (monetário) e a gestão (extração de mais valor no processo produtivo) denota o contrário daquilo que aparenta: a extrema intensificação da exploração da mais-valia. A concentração do capital monetário ou portador de juros favorece, ainda, o crescimento exponencial do que Marx chamaria de *capital fictício* ou *especulativo*, promotor de “bolhas”⁷.

O segundo pressuposto apresentado como parte do processo de acumulação e desenvolvimento do capital, é a expropriação constante. Segundo Marx (1985, Cap.XXIV, p. 262) dinheiro e mercadoria “*são tão pouco capital quanto os meios de produção e subsistência*” e requerem sua transformação em capital. A construção da “relação-capital” pressupõe a separação entre trabalhadores e a propriedade das condições da realização de seu trabalho para disponibilização da mercadoria *força de trabalho* livremente ao capital. Portanto, processo de expropriação é aquele que transforma os meios sociais de subsistência e de produção em capital e, por outro lado, os produtores diretos em trabalhadores “livres” ao assalariamento e ao consumo no mercado.

A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como primitivo porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde. (MARX, 1985, p. 262).

Virgínia recoloca o processo de expropriação como condição fundamental para subordinar o conjunto da existência social à “relação-capital”. Para explicá-lo, Fontes visita, primeiramente, o conceito de *subsunção real*, ou seja, o processo pelo qual múltiplas formas de trabalho e suas variedades concretas passam a ser definidas pela relação social capitalista, alterando incessantemente as formas específicas de seu exercício em benefício da acumulação ampliada de capitais. Estudos clássicos (Marx, 1985; Lênin, 1982b; Kautsky, 1986) já

⁷ “Constituiu-se um capital (...) puramente pela venda de um direito de apropriação sobre um valor que nem sequer existe, ainda. Esta é a base categorial do capital fictício, um desdobramento dialético e, por isso, com autonomia categorial, em relação ao capital a juros. Esses rendimentos periódicos, base para o capital fictício podem provir de várias fontes como títulos de crédito, ações, e mesmo salários, ou melhor, a parcela deles que é aplicada na forma de capital monetário. Dessa forma, a partir de um rendimento por período, dada a taxa de juros vigente, obtém-se/constitui-se (pela revenda no mercado desse direito de apropriação) um capital monetário. É a completa inversão da lógica até aqui considerada. Antes, de um capital realmente existente, e pelo seu empréstimo para um capitalista funcionante, que ingressaria no processo produtivo para produzir mais-valia, obtinha-se um rendimento, os juros. Agora, é a partir de um rendimento, qualquer que seja ele, é que se constitui uma massa monetária, que pode até vir a funcionar como capital monetário. É a inversão da lógica produção-apropriação de valor. Mais rigorosamente, é a autonomização da lógica da apropriação sobre a da produção de valor: “*toda a conexão com o processo real de valorização do capital se perde assim até o último vestígio, e a concepção do capital como autômato que se valoriza por si mesmo se consolida*” (Marx, 1988, vol. V: 05). Essa autonomização da lógica da apropriação é, no entanto, meramente relativa. A cobrança da impossibilidade de autonomização absoluta é feita, justamente, pelas crises.” (CARCANHOLO, 2010).

indicavam a tendência a mercantilização das relações através da subsunção real do trabalho ao capital através do assalariamento.

Dada a separação entre trabalhadores e a propriedade das condições da realização de seu trabalho, cria-se, também, um mercado interno que constituiria demanda de consumo, uma vez que, desprovidos de seu meio de produção os trabalhadores precisariam adquirir mercadorias para sua sobrevivência. O ciclo se fecha ao perceber-se que com a necessidade de garantir sua subsistência através do mercado, aos trabalhadores só restaria como alternativa vender sua força de trabalho para os donos dos meios de produção através do assalariamento, constituindo então, o que a perspectiva liberal chamaria de trabalhador “livre”, ou, do ponto de vista jurídico-burguês, uma troca (abstrata) de equivalentes – mercadoria força de trabalho e portador de mercadoria capital.

Virginia defende a tese de que ao lado desse processo de *expropriação primária*, original – cuja expropriação massiva de camponeses ou populações agrárias consiste no melhor exemplo – se aprofundaria, na atualidade, um conjunto de *expropriações secundárias* impulsionadas pelo capital-imperialismo contemporâneo. Este processo, a que a autora dá o nome de *disponibilização ou expropriações secundárias*, não seria literalmente a perda da propriedade dos meios de produção, mas a exasperação da disponibilização dos trabalhadores para o mercado, impondo novas condições e abrindo novos setores para a extração de mais-valor.

Em sua nova qualidade as expropriações passam a incidir sobre trabalhadores já há muitos anos urbanizados. O desmantelamento dos direitos sociais e trabalhistas das últimas décadas do século XX constitui-se como um bom exemplo deste processo. Aqui, o tema da expropriação se ligaria, objetivamente, ao da concentração e centralização: “*tratava-se de capturar recursos crescentes, de origem salarial, e de convertê-los em capital (fundos de pensão e similares).*” (p.58).

Finda-se, aqui, uma interpretação corriqueira de que a acumulação primitiva⁸ tenha sido algo anterior ao pleno desenvolvimento do capitalismo, o que levaria à suposição de que, no desenrolar de seu amadurecimento, desapareceriam as expropriações “bárbaras” de sua origem dando espaço, inevitavelmente, a formas “civilizadas” de relação capital-trabalho. Assim, o conjunto de expropriações, antes do que um processo anterior ao pleno domínio do capital, constitui-se, ele mesmo, como um procedimento permanente que tende a se

⁸ Esta suposição, apesar de corriqueira, não é autorizada pela leitura atenta d'O Capital. A tese apresentada por Virgínia recoloca, insistentemente, elementos já claramente presentes na obra de Marx.

aprofundar e se generalizar com a expansão das relações capitalistas. Ao contrário de um retorno às formas “arcaicas”, as novas expropriações – que coexistem sempre com as primárias – demonstram que se faz necessário, para o processo de concentração e centralização do Capital, lançar a população ininterruptamente em condições críticas desde que colocando-as à disposição do mercado.

Ao longo do seu trabalho, Fontes enfoca a profunda transformação do capitalismo que, sob sua face monetária, exala odores de fortíssima concentração do capital. Essa concentração ao mesmo tempo em que é estimulada, impulsiona as relações sociais de tipo capitalista ampliando as formas de concentração da propriedade e de expropriações sociais. Tal ordem implicaria em mudanças profundas no conjunto da sociabilidade e afiançaria um traço permanente da relação-capital: “*sua necessidade imperativa de reprodução ampliada, sua expansão em todas as dimensões da vida social*” (p.146).

O termo *capital-imperialismo* forjou-se, igualmente, pelos descaminhos que o conceito de imperialismo sofreu ao longo do século XX. Se o conceito de Lênin é aquele que pode auxiliar na compreensão dos determinantes econômicos da conformação do imperialismo, outros significantes representariam uma antítese da extensão e do sentido proposto por Lênin. Como sabido, uma boa parte de seu livro é permeada pela crítica ao conceito de imperialismo de Kautsky, para o qual:

Imperialismo é um produto do capitalismo industrial altamente evoluído. Ele consiste na tendência de cada nação capitalista industrial a anexar ou subordinar regiões *agrárias* cada vez maiores (o itálico é de Kautsky), quaisquer que sejam os povos que as povoam. (KAUTSKY, 1914, p.909, apud Lênin 1982, p. 90, grifos do autor).

Lênin chamara atenção enfática às imprecisões de Kautsky. Segundo ele, a definição de Kautsky coloca em destaque, unilateralmente, a questão nacional e tendência para anexações. Neste conceito, separa-se a política da economia e coloca-se, no que diz respeito ao imperialismo, o determinante na política – ou na busca por anexações a partir de dominações militares. Ao contrário, o conceito de imperialismo em Lênin confere ao termo a riqueza de não restringi-lo a um aspecto, mas o remete às modificações do conjunto da vida social, por tratar-se do novo patamar da história da relação social do capital.

Assim sendo, o conjunto das modificações que aprofundaram o imperialismo em nível global fazem com que Virgínia conceitue o momento moderno do capital de *capital-imperialismo*, somando-se aos aspectos da batalha conceitual que marcaram profundamente o conceito. Destaca:

O alargamento temporal do conceito admite, ainda, que impérios e imperialismo se confundam, como descritores de um processo expansivo genérico, quer seja comercial, capitalista ou não, quer seja resultante de formas variadas de controle territorial ou militar. A dilatação esvazia de sentido próprio o conceito de imperialismo. Na segunda direção, o conceito de imperialismo foi muitas vezes empregado de maneira contraída, como quase sinônimo da expansão imperialista de um único país, os Estados Unidos. Esse uso, bastante corrente na América Latina, chegou a ponto de o termo imperialismo identificar unicamente as práticas e as políticas dos Estados Unidos.

Excessivamente dilatado ou restritivamente reduzido, o conceito perde a agudeza de sua definição, como patamar de expansão do capitalismo, do qual foi um desdobramento. (FONTES, 2010, p.147-148.)

Por hora, cabe-nos o reconhecimento de que o conceito cunhado por Fontes chama atenção para generalização e aprofundamento do imperialismo, apontando para um novo momento da “relação-capital”, qual seja, o “capital-imperialismo”. Sua elaboração nos afasta de um dualismo “arcaico” *versus* “moderno” ao recolocar em perspectiva da totalidade econômico-política para compreensão do fenômeno e destacar o caráter permanentemente *desigual e combinado*⁹ da expansão do capital internacional. Longe de proporcionar um *desenvolvimento* linear ou evolutivo, a relação-capital cria e recria, sem cessar, exacerbadas contradições e tragédias sociais: eis sua face sem máscara.

Etapismo e Dualismo: O caldo de Cultura do Programa Democrático e Popular.

As burguesias nacionais dessas nações converteram-se, em consequência, em autênticas ‘fronteiras internas’ e em verdadeiras ‘vanguardas políticas’ do mundo capitalista (ou seja, da dominação imperialista sob o capitalismo monopolista). (...) Elas querem: manter a ordem, salvar e fortalecer o capitalismo, impedir que a dominação burguesa e o controle burguês sobre o Estado nacional se deteriore. (FERNANDES, 1976, p. 294-295, grifos do autor).

Neste item abordaremos duas vertentes de interpretação do Brasil – uma mais diretamente relacionada ao processo de constituição da formação social brasileira, a outra ao debate sobre a revolução brasileira – que influenciaram de forma decisiva a construção do Programa Democrático Popular: por um lado, a interpretação dualista da economia marcante

⁹ Quanto ao conceito de *desenvolvimento desigual e combinado* de Trotsky, tomamos emprestada a definição em Löwy, segundo o qual os diferentes estágios de desenvolvimento da civilização e da economia “não estão simplesmente um ao lado do outro, numa espécie de coexistência congelada, mas se articulam, se combinam, “se amalgamam”: o processo do desenvolvimento capitalista, criado pela união das condições locais (atrasadas) com as condições gerais (avançadas) “um amálgama social cuja natureza não pode ser definida pela busca de lugares comuns históricos, mas somente por meio de uma análise com base materialista”. Nesta combinação, as relações engendradas pelo capitalismo determinam, segundo a fórmula de Marx em seu texto de 1857, a todas as outras o seu lugar e a sua importância”. (LOWY, 1995, p.75).

nas análises dos intelectuais vinculados à CEPAL e ao ISEB; por outro lado, a perspectiva da revolução por etapas presente nas análises do corpo teórico vinculado ao PCB.

É importante ressaltar que no pensamento vinculado ao PCB estes dois corpos interpretativos se fundem num amálgama coerente que nomeamos, com Iasi (2006), *estratégia democrático-nacional*, do mesmo modo que virão a fundir-se, anos depois, no pensamento do corpo de intelectuais vinculados ao PT e desembocar na chamada *estratégia democrático-popular*.

A tradição Marxista nos deixou, do ponto de vista de seu método de observação, a chave heurística de que, para se compreender o desenvolvimento do devir histórico de uma determinada relação social, deveria partir-se da observação do processo mais desenvolvido desta mesma¹⁰. Esse importante pressuposto analítico combina-se às demais contribuições de seu método, para o qual não interessa o fenômeno e suas leis enquanto forma definida: “*o mais importante é a lei de sua transformação, de seu desenvolvimento, as transições de uma forma para outra*”¹¹.

Este preâmbulo faz-se necessário, pois, se abstraíssemos o caráter dialético do movimento no método Marxista, seria possível afirmar que o estudo sobre a relação social capitalista em qualquer lugar do mundo deveria ter como paradigma processos clássicos de revolução burguesa. Sem dúvida a complexidade dessas experiências permite vislumbrar o movimento do desenvolvimento do ser capital em seu devir, sendo, portanto, importante referência analítica. Porém, além delas, interagem em combinação outros determinantes próprios e específicos da situação histórico-social singular que são fundamentais na forma de desenvolvimento que o capitalismo assume. Longe de uma concepção mecânica, para Marx o processo histórico é uma síntese das múltiplas determinações e precisa ser analisado sob suas características singulares que, mediadas por sua particularidade, podem elevá-la à totalidade do fenômeno – o que proporciona entender o desenvolvimento como um processo de crescente complexificação.

O debate sobre as revoluções burguesas, atualmente relegado a segundo plano, teve papel central na agenda dos últimos séculos. A caracterização do capitalismo no Brasil em especial e na periferia do mundo capitalista em particular, foi objeto de intensas polêmicas, e, se assim o foi quando debatidas analiticamente, mais ainda quando transformadas em projeto

¹⁰ Na medida em que não é o passado que explica o presente, mas o presente que ilumina o passado – ou, em outros termos, deve-se “*buscar na anatomia do homem a anatomia do macaco*” e não o contrário.

¹¹ IASI, Mauro. Ensaio sobre consciência e emancipação. São Paulo: Expressão Popular. 2007, p.12.

político. No que diz respeito às ciências sociais brasileira, esses dois debates – analítico e programático – estiveram intrinsecamente ligados e permeados mutuamente, tornando-se quase indissociáveis nos intérpretes que refletiram na teoria, o movimento social real experimentado empiricamente pela classe e sua interpretação da realidade.

Não era de se esperar diferente, na medida em que o *longo bonapartismo*¹² brasileiro (golpe de 1930 e 1964) ensejava caracterizações sobre a forma que a revolução burguesa assumia no país. Além disso, a discussão internacional no campo teórico-político polarizava-se, a partir da universalização, via Internacional Comunista, de diretrizes¹³ político-revolucionárias para os países *coloniais, semicoloniais e dependentes*, estreitamente baseadas na contribuição de Lênin e na sua análise sobre a Revolução Russa¹⁴. A tese – que acabou conhecida como uma aplicação mecânica de experiências revolucionárias em países de formação social muito diferentes – partia do pressuposto de que o processo revolucionário não poderia se realizar imediatamente nestes países pois dependeria de um desenvolvimento prévio do capitalismo. Assim, se anteporia à revolução socialista uma etapa democrático-burguesa¹⁵, de caráter anti-imperialista e antifeudal.

Ao ser anteposta como “etapa” necessária para a revolução socialista nos países periféricos no início do século XX, compreendia-se como obstáculo ao desenvolvimento do capital o imperialismo e seus agentes internos – latifundiários e burguesia comercial e usurária – por se constituírem como o principal sustentáculo do latifúndio e das relações

¹² DEMIER (2012), ao interpretar o período histórico brasileiro compreendido entre “Revolução de 1930” e “Golpe de 1964”, procura demonstrar, a partir de vastas fontes bibliográficas, a influência do conceito de *bonapartismo* sobre o que se convencionou chamar “teoria do populismo” no Brasil.

¹³ Como desdobramento das discussões da Internacional ao longo dos anos 20 – sobretudo do II e IV Congressos, de 1920 e 1922 – em 1928, no VI Congresso, seriam estabelecidas tais diretrizes.

¹⁴ O fenômeno da “via prussiana” – tal como formula Lênin – tem como fulcro o processo de revolução burguesa e a transição agrária para o desenvolvimento capitalista. No aspecto particular da Rússia tal transição realizar-se-ia pela aliança da burguesia com a aristocracia e o Estado Czarista, portanto, a partir de um legado *autocrático* ou *caminho prussiano*. Assim, um programa que pudesse superar essa aliança tornava-se necessário. Segatto (1999), desenvolvendo as idéias seminais presentes em Lênin, aponta as duas alternativas vislumbradas pelo autor: “uma primeira, e que de certa forma já estava em processo, de uma via reacionária, de modernização conservadora conduzida pela autocracia czarista e apoiada por uma burguesia débil e “inconsequente” – via extremamente desfavorável ao proletariado e aos camponeses, autoritária e excludente; a segunda alternativa seria a realização de uma revolução de caráter democrático-burguês, dirigida a exemplo dos *sans culottes* franceses, pelo povo ou pelo proletariado (protagonista principal) e pelo campesinato, já que a burguesia russa seria incapaz de conduzi-la pelos seus compromissos com a aristocracia. Esta segunda possibilidade, ao bloquear o *caminho asiático* ou a *via prussiana*, não só permitiria o rápido desenvolvimento do capitalismo e a formação de um proletariado robusto, mas criaria condições bem mais favoráveis para suas lutas e organização e seria o caminho mais seguro para o socialismo.” (SEGATTO, 1999).

¹⁵ A etapa democrático-burguesa, também conhecida como nacional-democrática, apresentou-se pela primeira vez por Marx e Engels (1953) em Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas. Sua função seria a de eliminar “entraves” ao desenvolvimento capitalista, pois só o seu amadurecimento poderia como antítese dialética, constituir o proletariado como classe.

semifeudais no campo, o que os colocaria em situação de dependência em suas relações com os países imperialistas internacionais.

As análises de Trotsky (2007) acabaram sintetizando na teoria da *revolução permanente*, uma crítica frontal à estratégia da Internacional Comunista no que diz respeito ao processo dialético de desenvolvimento da revolução. O termo apareceu, em primeiro lugar, no texto de Marx e Engels “Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas” e foi lapidado por Trotsky em 1906¹⁶. Trotsky não negaria a necessidade de cumprir as tarefas da revolução burguesa retardatária, porém acreditava que essa só poderia acontecer a partir de uma revolução protagonizada pelo proletariado (com possível apoio dos camponeses). Para ele a revolução democrática não deveria ser uma etapa anterior ao processo de revolução socialista, mas, ao contrário, parte das tarefas que só ela poderia desenvolver. Assim,

...a ditadura do proletariado tornar-se-ia a arma com a qual seriam alcançados os objetivos históricos da revolução burguesa retardatária. Mas esta não poderia ser contida aí. No poder, o proletariado seria obrigado a fazer incursões cada vez mais profundas no domínio da propriedade privada em geral, ou, seja, empreender o rumo das medidas socialistas. (TROTSKY, 2007, p.60).

Outro importante revolucionário que contribuiu com um arcabouço teórico-político apontando em direção distinta àquela projetada pela Internacional, veio a ser Antonio Gramsci. Para ele, haveria uma diferença essencial entre formações sociais de tipo “Ocidentais” e de tipo “Orientais”, o que implicaria em diferentes estratégias. No Oriente, o Estado era forte e a sociedade civil era frágil; no Ocidente, Estado e sociedade civil se equilibravam: a segunda também se apresentava com uma robusta estrutura, sendo o Estado uma trincheira avançada por trás da qual haveria uma cadeia de “*fortalezas e casamatas*”¹⁷. Tais características ensejavam estratégias próprias, expressas nas formulações de *guerra de movimento* e *guerra de posições*, sendo a primeira a estratégia mais adequada a sociedades de tipo oriental e a segunda nas sociedades de tipo ocidental¹⁸.

No Brasil, a questão nacional se tornaria central a partir do projeto revolucionário do PCB, mas também, salvo as devidas diferenças, à influência de correntes que ocuparam lugar central na caracterização do capitalismo brasileiro, como os intelectuais da Comissão

¹⁶ Há controvérsias sobre o acesso de Trotsky ao texto original quando do desenvolvimento do conceito. Mais sobre o tema em Löwy, 1978.

¹⁷ GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 74 e 75.

¹⁸ *Guerra de movimento* (ou revolução popular) seria a estratégia apontada para países orientais nos quais havia predomínio do Estado-coerção. Já nos países ocidentais a estratégia deveria diferenciar-se: era necessária uma *Guerra de posições* a partir da construção de “trincheiras avançadas” por parte dos revolucionários para acumular na busca pela conquista da hegemonia.

Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL)¹⁹ e os membros do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)²⁰.

Deter-nos-emos, primeiramente, nas contribuições do partido. O PCB caracterizaria o Brasil, entre os anos 1922 até 1958, como um país em transição do feudalismo para o capitalismo. Assim sendo, a superação do modo de produção capitalista exigiria a desconstituição dos entraves ao desenvolvimento nacional e se daria a partir de uma aliança com a burguesia nacional, fundando bases para derrocada do imperialismo e seus aliados internos e para consolidação da democracia. Sua análise, como se nota, seguia à risca a resolução da Internacional Comunista.

A partir da metade do século, de 1950 até o golpe militar de 1964, os teóricos do ISEB e da CEPAL partilharam, *grosso modo*, de uma perspectiva crítica ao desenvolvimento do capitalismo na América Latina e contribuíram para defesa do desenvolvimento nacional. Resumidamente suas análises se encontravam permeadas pela concepção de que setores “atrasados” – essencialmente agro-exportadores – da estrutura econômica brasileira seriam entraves ao desenvolvimento do “moderno” – basicamente o parque industrial do país. Neste sentido, o país se circunscrevia entre os países subdesenvolvidos, sendo a chave para seu desenvolvimento a superação dos entraves “arcaicos” que não permitiam dinamizar a economia. No que diz respeito ao ISEB, ainda que seja difícil atribuir uma única análise ao Instituto, a perspectiva de uma dualidade básica da economia brasileira presente em Rangel (1957) casa com a perspectiva Cepalina e tem, do ponto de vista de orientações, uma proposta de “reforma revolucionária” que tenha no desenvolvimento econômico via Estado a condição indispensável para consolidação do capitalismo brasileiro, desenvolvimento da indústria e do mercado.

Tal concepção convencionou-se chamar, do ponto de vista crítico, de “dualista”, pois opunha os pólos “arcaico” e “moderno” sem relacionar dialeticamente a sua relação com a totalidade: as condições de criação e recriação do desenvolvimento capitalista no Brasil. Assim, Oliveira (1981) no clássico “Crítica à Razão Dualista”, afirmava:

No plano teórico, o conceito do subdesenvolvimento como uma formação histórico-econômica singular, constituída polarmente em torno da oposição formal de um setor "atrasado" e um setor "moderno", não se sustenta como singularidade: esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, como em quase

¹⁹ A CEPAL foi criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social da ONU e exerceu papel de destaque no pensamento desenvolvimentista Latino-Americano. Teve forte influência na criação do Plano de Metas do governo Juscelino Kubisheck (1956-1961).

²⁰ O Instituto Superior de Estudos Brasileiros foi criado em 1955 e foi um órgão ligado ao MEC – Ministério da Educação e da Cultura. Centralmente contribuiu com a teoria desenvolvimentista e do Brasil e também colaborou com o Plano de Metas do governo Juscelino Kubisheck (1956-1961).

todos os períodos. Por outro lado, a oposição na maioria dos casos é tão somente formal: de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado "moderno" cresce e se alimenta da existência do "atrasado", se se quer manter a terminologia.

O "subdesenvolvimento" pareceria a forma própria de ser das economias pré-industriais penetradas pelo capitalismo, em "trânsito", portanto, para formas mais avançadas e sedimentadas deste; sem embargo, uma tal postulação esquece que o "subdesenvolvimento" é precisamente uma "produção" da expansão do capitalismo. (OLIVEIRA, 1981, página 12).

No que diz respeito à crítica às concepções dualistas, vale destacar que a elaboração da *teoria marxista da dependência* que se afastava desta polarização ao presumir a dependência como expressão da forma que interesses internos se articulariam com sistema capitalista como um todo. Entre diversos intelectuais, destaca-se a ousada elaboração de subimperialismo de Marini (2005) que frisava a dinâmica intrínseca da relação das economias periféricas ao centro imperialista e sua participação subalterna na ordem imperialista internacional.

Como se nota, o debate além de fôlego teria longa duração. O escopo do golpe de 64 no Brasil resgatou, para o centro das análises, a caracterização da revolução burguesa, desiludindo as teorias dos obstáculos aos impasses do desenvolvimento e sua rudimentar estratégia de aliança com a burguesia nacional. A própria burguesia teria, ao se aliar cruamente com os representantes internos e externos do imperialismo, deixado órfãos os fetiches desenvolvimentistas e nacionais embutidos nos “etapismos” e “dualismos”.

Neste bojo, muitos daqueles que se dedicariam ao estudo das relações sociais capitalistas no Brasil, negariam, em suas análises, elementos do embate político que se apresentaram no período anterior. Assim, alguns clássicos estudos se realizaram fora das amarras do Projeto Democrático Nacional e de seu etapismo, determinados pela compreensão de que a captura do movimento histórico do capital no Brasil precisaria ser abarcado na consideração da relação arraigada entre dinâmica interna e externa (imperialismo) como elemento fundante, elaboraram-se trabalhos que contribuiriam na busca pela superação do impasse teórico-político apresentado.

Em primeiro lugar, Caio Prado (1966)²¹ em “A Revolução Brasileira” se embaterá com o projeto nacional-democrático apresentado pelo PCB buscando demonstrar de que maneira sua visão de uma suposta transição do feudalismo para o capitalismo no Brasil constituía-se como uma visão apriorística que não levava em consideração a realidade dos fatos. Segundo sua defesa, para se construir um projeto para revolução brasileira em primeiro

²¹ PRADO JR., Caio. A revolução brasileira. 1ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1966.

lugar deveria ser avaliada a formação social e econômica do capitalismo brasileiro a partir de um *método de interpretação* e não de um *receituário de fatos*.

Diante da estratégia adotada pela esquerda brasileira, Caio Prado vai afirmar que o capitalismo no campo brasileiro se desenvolveria a partir de características de uma sociedade colonial com relações econômicas que muito mais se assemelhariam a relações de assalariamento e trabalho livre do que a qualquer estatuto de relação feudal. Assim, a contradição principal da formação social brasileira não se encontraria no campo, pois este teria sido, na formação social e econômica brasileira, influenciado por fatores de natureza mercantis voltadas para a exportação e não teria como base uma produção individual ou familiar como as da Europa feudal.

No que se refere à dominação imperialista, esta teria sido engendrada pelo mesmo processo histórico do desenvolvimento do capitalismo comercial brasileiro. Dito de outra maneira, o processo da própria colonização do Brasil teria influenciado as instituições econômicas, políticas e sociais, que *“têm sua origem nessa mesma civilização e cultura ocidentais que seriam o berço do capitalismo e do imperialismo”* (p.121). Sob a herança dessa trajetória, a economia brasileira teria evoluído com raízes no capitalismo mercantil baseado no fornecimento aos mercados externos, *“o que definiria a característica de relação com o imperialismo”* (p.122).

Não existia, na formação brasileira, uma burguesia nacional que seria, à priori, inimiga do imperialismo, mas uma burguesia brasileira. Isso aniquilaria a infundada existência de uma burguesia nacional – anti-imperialista e progressista – oposta aos interesses de setores latifundiários – que constituiriam uma classe reacionária e necessariamente ligada ao imperialismo por excelência. As burguesias estavam ligadas a ramos de produção distintos, mas muito mais se relacionavam do que se apartavam.

Isso se deveu ao fato, segundo Prado, dos primeiros representantes do que seria um rudimento da burguesia urbana brasileira ter sido de comerciantes portugueses aos quais se somariam, a partir da abertura dos portos, comerciantes de outras nacionalidades. A característica heterogênea no que diz respeito à sua origem não suplantaria a homogeneidade de seus interesses e a maneira de conduzi-los, o que se adendaria ao impulso de terem encontrado, diferentemente de uma burguesia Européia, relações econômicas organizadas segundo valores compatíveis com o capitalismo – isto é, atividades essencialmente mercantis. A abolição da escravidão – no que diz respeito à consolidação das relações capitalistas de produção a partir da força de trabalho “livre” – e o estímulo às atividades produtivas no início

do século XX, em especial o café, borracha e cacau, seriam os elementos cruciais para que a vida econômica brasileira se organizasse em moldes essencialmente capitalistas.

No que diz respeito às suas consequências sociais, a rápida ascensão dessa burguesia formaria uma classe que, apesar de representar distintos setores e atividades econômicas, se fundiria em interesses comuns, sendo, portanto, altamente coesa. Ressalta, ainda, que muitas das primeiras indústrias do Brasil foram construídas por fazendeiros de café, o que torna ainda mais indissociáveis esses setores sociais. Assim, *“os diferentes setores as burguesia evoluíram paralelamente, ou antes, confundidos numa classe única formada e mantida na base de um mesmo sistema produtivo e igual constelação de interesses.”* (p.182).

A natureza de uma economia voltada para fora e aliada às imposições do imperialismo determinariam, ao Brasil, uma *“situação de dependência e subordinação orgânica e funcional”* (p. 182) ao conjunto internacional do qual participaria. Tais fatos seriam os fundamentos da insuficiência da capacidade produtiva brasileira, e, por se expandirem a partir de relações de trabalho que geravam uma massa trabalhadora com baixos padrões e níveis de vida, impossibilitariam o consumo qualificado – quadro que caracterizaria como *deficiências orgânicas da vida econômica e social do país.*

A superação dessa contradição e o desenvolvimento de uma economia interna seriam pressupostos para libertação do país de suas contingências coloniais. Esta deveria ser, por sua vez, consequência de uma verdadeira reorganização e reorientação da economia pela indução do Estado do *desenvolvimento geral e sustentável*, que levasse em conta, em primeiro lugar, o aumento da demanda e sua articulação com as necessidades fundamentais de consumo. Insiste-se, portanto, no argumento de que o principal problema do Brasil não seria a questão da terra, mas a existência de uma massa de trabalhadores destituída de tudo e, conseqüentemente, impossibilitada de criar demanda para o consumo interno. A condição principal para o amadurecimento desta nova realidade seria a esquerda propor um programa de reformas necessárias ao progresso e *“desenvolvimento do país e do povo brasileiro”* (p. 330).

Florestan Fernandes é outro desses relevantes autores. Nesta direção, aponta como pano de fundo para seus estudos, aspectos relevantes no que diz respeito à intensidade do impacto do golpe de 1964 em suas formulações. Segundo ele que:

“...esperava um desfecho democrático da oposição entre o moderno e o atraso e vai procurar demonstrar que a revolução burguesa teria assumido uma forma conservadora, a partir de uma coalizão entre as elites modernas e as tradicionais, a qual teria conduzido o trânsito para a modernização” (VIANNA, 1997. p.204).

Assim, Florestan (1976) vai se debruçar, em seu ensaio sociológico sobre a “Revolução Burguesa no Brasil”, à compreensão do que chamaria de *modernização conservadora*. Segundo ele, o desenvolvimento capitalista e a democracia no Brasil estariam desvinculados e não seriam consequência do desenvolvimento um do outro – fato que se constituiria como uma “*resultante política da forma própria de acumulação de capital nos quadros do capitalismo periférico e dependente*. (p.269-270). A partir de um processo híbrido em que a burguesia não seria uma classe, mas que se fundaria como uma unidade de interesses comuns de “*várias burguesias (ou ilhas burguesas) que mais se justapõem do que se fundem*” (p.204), a revolução burguesa no Brasil aconteceria com características de uma *modernização conservadora* ou *revolução encapuzada*, se quisermos usar seus termos.

Em primeiro momento, essa transição conservadora seria encabeçada por elites nativas que não se contrapunham propriamente à sociedade colonial, mas às restrições advindas do estatuto colonial, pois este “*neutralizava sua capacidade de dominação em todos os níveis da ordem social*” (p.32). É nesta ruptura, no processo de Independência, que “*o poder deixará de organizar-se de fora para dentro para organizar-se a partir de dentro*”, conservando duas características, uma revolucionária e outra conservadora: a que buscava a ruptura da condição heteronômica a que tinha sido relegada a economia brasileira e outra que buscava fortalecer a mesma ordem social. Seu desdobramento teria sido a negação da Independência como episódio revolucionário, sendo o estatuto colonial sobrepujado como estado jurídico-político.

Egressa da situação colonial, por meio do processo que conduziu ao rompimento do estatuto colonial, a economia urbana nasceria tendo como base um sistema econômico agrário, escravista e dependente. Um segundo marco importante no processo de dinamização econômica e amadurecimento das condições internas para uma dominação burguesa teria sido o período da abolição da escravidão e o começo de uma nova era em que se consolidaria o trabalho livre. Assim, Florestan destaca que, nos períodos antecedentes a uma dominação propriamente burguesa, as elites nativas e em especial a oligarquia rural ou agrária teriam tido possibilidades de modernizar-se, porém buscando manter sua influência na dominação. Junto aos imigrantes essa oligarquia desenvolveria uma *concepção burguesa de mundo*, assumindo, para si, o pioneirismo da modernização. Ainda assim, seus interesses e sua unificação enquanto bloco de poder se dará em oposição à pressão dos novos “*assalariados ou semi-assalariados do campo e da cidade*” (p.210).

Aqui, a passagem merece destaque. O terreno político será o campo de confluência de interesses e onde estabelecerá seu pacto tácito de dominação de classe: “(...) *visavam exercer pressão e influencia sobre o Estado e, de modo mais concreto, orientar e controlar a aplicação do poder político estatal, de acordo com seus fins particulares.*” (p.204). Florestan caracteriza a irrupção da dominação burguesa no Brasil como fundada em um modelo *Autocrático Burguês* que, se apropriando de elementos arcaicos, acorrentava a “*expansão do capitalismo a um privatismo tosco, rigidamente particularista*”. A forma autocrática amalgamava um desenvolvimento em que os elementos mais atrasados se repõem permanentemente “*como se o ‘burguês moderno’ renascesse das cinzas do ‘senhor antigo’.*”(p.168). Uma das principais características dessa *congière* de interesses burgueses seria a sua quase neutralidade para a difusão de procedimentos democráticos, sendo transpassada, portanto, por um perfil autoritário e particularista.

O caráter do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, em função de sua não autonomia em relação à dominação externa, seria estruturalmente *dependente, subdesenvolvido e periférico*. Daí advém-se mais uma das específicas características dessa economia: sob a situação de dependência os estratos dominantes não possuiriam a autonomia necessária para conduzir e completar uma revolução democrática e nacional. Na verdade, a dominação burguesa teria que adaptar-se, segundo Florestan, a um tipo de transformação capitalista em que a *dupla articulação* – desenvolvimento desigual interno e dominação imperialista externa – constituiriam a regra.

Neste diapasão, momentos específicos em que a burguesia participara de aventuras nacionalistas – também nomeadas como *radicalismo burguês* – deixaram claro que ela, por mais que lutasse por causas justas, não teria coragem de romper com a dominação imperialista e com os limites do subdesenvolvimento interno. Como consequência, padronizava-se uma modalidade de “demagogia populista” sob a qual não se abriria espaços políticos para a participação democrática de amplos setores, e se agitariam interesses nacionais como se fossem interesses universais. Estas experiências “radicais” teriam permitido a jovem burguesia a acordar para “*sua verdadeira condição, ensinando-a a não procurar vantagens relativas para estratos burgueses isolados, à custa de sua própria segurança coletiva e da estabilidade da revolução burguesa*” (p. 365).

É nesse sentido que a concepção autocrática se fortalecerá e criará sua dinâmica própria de relação. Sua ordem se converteria numa permanente *ditadura de classes preventiva*, mascarada por demagogias populistas com aspecto abertamente autoritário, base para a conciliação das burguesias e de seus interesses. Para Florestan, duas seriam as

possibilidades de desfecho para as contradições e a crise do poder inter-burguês: ou uma revolução dentro da ordem ou uma democracia autocrática de cooptação. Já fica claro, após o golpe de 1964, qual delas teria sido predominante.

Notas sobre o Programa Democrático e Popular.

No final da década de 70 eclodem no Brasil amplos movimentos sociais e populares. Em pleno período pós-ditatorial a classe trabalhadora entrava em cena e convergiria, no desenvolvimento do seu movimento de consciência de classe, para formação de um Partido de Trabalhadores com projeto, identidade e lideranças próprios. A *pressão de cima para baixo* de Florestan Fernandes parecia sair dos porões da ditadura diretamente para as ruas e bairros, confluindo em amplos movimentos específicos e na luta pela redemocratização política. Muito resumidamente, pouco mais que duas décadas depois (2002) o Partido dos Trabalhadores (PT) chegaria à presidência da república.

Essa trajetória será o foco investigativo de IASI (2006) em suas análises sobre o processo de consciência da classe trabalhadora como movimento – entre negação e afirmação dessa própria ordem. Interessam-nos, aqui, pincelar alguns aspectos relevantes do debate travado no subitem anterior deste artigo e acenar com o esboço de algumas notas interpretativas.

O Partido dos Trabalhadores, desde sua origem socialista até transformar-se em um partido do governo (1980 a 2002) passou, como sabido, por inúmeras transformações. Releva destacar que, ainda que sua chegada ao governo tenha sido um desfecho estratégico de seu projeto, este inicialmente estava voltado para efetivação de reformas profundas que buscavam criar condições para transição ao socialismo. Seu projeto negava contundentemente qualquer adesão a teoria das etapas e a estratégia nacional democrática, exatamente porque *“coloca claramente a questão do socialismo”*²².

Diversas interpretações, sobre as quais não entraremos em detalhes, apontam para uma mudança de rumos mais acentuada no PT a partir de 1994 ao assumir o que seria um programa da *revolução democrática*. Segundo adeptos dessa compreensão, as Resoluções Políticas do 5º encontro do PT, quando se firmou o Programa Democrático e Popular seriam *“as mais à esquerda de toda a história desse partido”* (MACHADO, 2007) e o processo de degeneração do PT não se explicaria *“por um erro de programa”*. Assumindo em parte essas

²² 72ª Resolução. Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores. *Resoluções do 5º Encontro Nacional*. Brasília, 1987.

indagações, esse debate nos obriga a retomar aspectos de nossa compreensão de método que precisam estar mais esclarecidos para os desdobramentos deste tema.

Para MARX E ENGELS (1984) “*Os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias etc., mas os homens reais e ativos, tal como se acham condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde...*” (p. 36 e 37). Assim, “... *A consciência nunca pode ser mais que o ser consciente; e o ser dos homens é o seu processo de vida real(p.37 et seq).* Para nós, portanto, um programa partidário, do ponto de vista da consciência que espelha sobre o processo que sistematiza, é uma síntese da interação dos distintos movimentos históricos que consolidam o ser social do partido. É fato que os aspectos conjunturais são muito determinantes para as modificações deste *ser social* e de sua natureza, mas essa interação ainda assim não nega por completo os elementos anteriores e interage dialeticamente com as demais determinações deste ser. Ainda que o PT tenha feitos inflexões e assumido outras formulações como centrais, aspectos do Programa Democrático e Popular continuaram sendo base de suas principais formulações e de sua leitura da formação social e econômica no Brasil. Para fins deste artigo nos interessa, no que diz respeito ao Programa Democrático e Popular aprovado no 5º encontro do PT, a caracterização de que restariam tarefas em atraso ou *tarefas democráticas e populares* a serem cumpridas pelo seu governo.

Neste sentido, Iasi chama a atenção, ainda precocemente – nas resoluções do mesmo 5º encontro – de que haveria, nas derivações programáticas da leitura Petista sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, uma versão “*incomodamente próxima a estratégia de uma das forças com as quais o PT disputa sua identidade de ser a expressão política da classe trabalhadora: a estratégia da revolução democrática nacional do PCB*” (p. 429).

Segundo a parte do documento relacionada às táticas das resoluções, o processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil teria passado por uma acelerada expansão que impulsionou um crescimento do setor de serviços e de um parque industrial moderno, o que teria criado condições para que o capital financeiro e relações mercantis penetrassem em áreas rurais. Contudo, “*esse crescimento deu-se por meio da ampliação da dependência do país em relação ao capitalismo internacional, bem como da superexploração do trabalho e da prevalência do capital monopolista*”. O texto segue, mas vale acompanhar a contraposição de argumentos por Iasi:

O que fica um tanto estranho no argumento que, de fato, já havia sido apresentado em momentos anteriores, é que o caráter desigual do capitalismo brasileiro é atribuído a fatores, tais como a dependência em relação ao capitalismo internacional, a superexploração, a prevalência do capitalismo monopolista. Em primeiro lugar,

seria interessante notar que o capitalismo brasileiro não viveu este período de “acelerada expansão” *apesar* destes fatores, mas exatamente *por causa* deles. De igual forma o capitalismo não deixou por resolver os problemas das desigualdades regionais, ou da predominância do latifúndio, mas o fato é que não precisou resolvê-los para atingir o grau de desenvolvimento capitalista que caracteriza nossa formação social. Ao que parece o texto tenta apresentar, por alguma razão, um processo ainda inconcluso. (IASI, 2006, p. 427, Grifos do autor).

O conjunto da resolução afirmará como característica específica do desenvolvimento do capitalismo no Brasil a manutenção do monopólio da propriedade privada da terra de modo subordinado ao imperialismo (e seu sistema financeiro), e à recorrência incessante à força repressiva para mediar relações do capital e trabalho. Haveria, ainda, uma *“incapacidade do capitalismo incorporar (...), milhões de pessoas aos frutos do desenvolvimento limita a possibilidade da burguesia exercer sua hegemonia política na sociedade, o que está na raiz das frequentes intervenções militares na vida do país”* (p.427). Aqui reside, portanto, a pista fundamental:

Resumidamente, o problema seria que o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, apesar de uma acelerada expansão, mantém o latifúndio, subordina-se ao imperialismo, é incapaz de incorporar “milhões de pessoas” em seu desenvolvimento, o que impede a burguesia de hegemonizar a sociedade fazendo com que o fator repressivo mantenha-se em destaque no último período histórico (...).

Portanto, na ordem do dia, estaria disposto um conjunto de medidas que visariam superar os entraves que impediriam um desenvolvimento e que dessem conta exatamente destas tarefas: superar as desigualdades regionais, incluir milhões nos frutos do desenvolvimento, superar o caráter coercitivo do Estado por um Estado “moderno” democrático, buscar uma inserção não subordinada na ordem econômica internacional, romper o círculo perverso do endividamento financeiro e a subjugação aos ditames do FMI, fazer uma reforma agrária. (IASI, 2006, p. 429 e 430).

Assim, o Programa Democrático e Popular apresentar-se-ia como dirigente do processo *“capaz de realizar as tarefas democráticas e populares, de caráter anti-imperialista, antilatifundiário e antimonopólio — tarefas não efetivadas pela burguesia”*²³. A partir do estranhamento de que tal formulação parte exatamente da constatação da acelerada expansão pela qual teria passado o capitalismo no Brasil, consumando um Estado Democrático Burguês e um latifúndio *“perfeitamente integrado à ordem capitalista, seja como agrobusiness ou*

²³ Esta afirmação, como aponta a resolução, teria significado duplo: primeiro que se trataria de um governo de forças sociais *“em choque com o capitalismo e a ordem burguesa”*, e, portanto, *“um governo hegemonizado pelo proletariado, e que só poderá viabilizar-se com uma ruptura revolucionária”*. Em segundo lugar, a efetivação das tarefas propostas exigiria a adoção de medidas de caráter socialista em setores essenciais da economia e, assim, o enfrentamento da resistência do capital. Por estas condições, *“um governo desta natureza não representa a formulação de uma nova teoria das etapas, imaginando uma etapa democrático-popular e, o que é mais grave, criando ilusões, em amplos setores, na possibilidade de uma nova fase do capitalismo, uma fase democrática e popular”*. (Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores. *Resoluções do 5º Encontro Nacional*. Brasília, 1987).

mesmo como forma tradicional subordinada, assim como sua expressão de classe se associa com a burguesia e o imperialismo sem maiores problemas”, Iasi afirmará que as tais tarefas em atraso seriam apenas aquilo que o nome encerra: “tarefas que ficaram para trás” posto que já teriam sido resolvidas pela própria dinâmica de institucionalização do modo de vida do capital imperialista. Assim,

Significativamente, as formulações do PT acabaram presas na fronteira entre o rompimento e a reprodução desta armadilha. Rompe com a formulação de etapas do PCB para rerepresentá-las novamente de forma tragicamente caricatural. Na versão original a aliança de classes era com a burguesia nacional e a tarefa era desenvolver o capitalismo. Na reencenação do drama aliança é com a pequena burguesia para construir o “socialismo”. Para que fosse idêntica a formulação deveria assumir um caráter nacional e supor alianças com a burguesia propriamente dita. Como veremos, nem um nem outro destes fatores, lamentavelmente, faltarão na seqüência dos acontecimentos. (IASI, 2006, p. 441).

É reconhecido, por Iasi, que boa parte deste problema está fincado naquilo que Florestan Fernandes (1981) chamava de *revolução dentro da ordem* que acaba se realizando, ao encontrar resistências, numa *revolução contra ordem*. Seria o embate entre o aprofundamento de tarefas em atraso efetivadas por um programa de reformas que se chocaria com os interesses dominantes e levaria ao processo de *revolução contra a ordem*²⁴. Sua análise estava fortemente fincada na concepção da impermeabilidade da democracia autocrática à pressão dos de baixo, o que levaria à tática da revolução contra a ordem a partir da revolução de dentro da ordem.

(...) o envolvimento político das classes trabalhadoras e das massas populares no aprofundamento da *revolução dentro da ordem* possui consequências socializadoras de importância estratégica. A burguesia tem pouco que dar e cede a medo. O proletariado cresce com a consciência de que tem de tomar tudo com as próprias mãos e, a médio prazo, aprende que deve passar tão depressa quanto possível da condição de fiel da “democracia burguesa” para a de fator de uma *democracia da maioria*, isto é, uma democracia popular ou operária. (FERNANDES, 1981).

As análises de Caio Prado Jr também nos parecem figurar como aporte para as conclusões afiançadas pelo PT. Em primeiro lugar, a visão de um conjunto de reformas e modificações sociais, políticas e econômicas que “*concentradas em um período histórico*

²⁴ “Uma sociedade capitalista semi-democrática é melhor que uma sociedade capitalista sem democracia alguma. Nesta, nem os sindicatos nem o movimento operário podem se manifestar com alguma liberdade e crescer naturalmente. Por isso, a “revolução dentro da ordem” possui um conteúdo bem distinto do que ela assumiu na órbita histórica dos países capitalistas centrais. As classes burguesas não se propõem as tarefas históricas construtivas, que estão na base das duas revoluções, a nacional e a democrática; e as classes trabalhadoras têm de definir por si próprias o eixo de uma revolução burguesa que a própria burguesia não pode levar até o fundo e até o fim (...)”. (FERNANDES, Florestan. O que é a Revolução? 1981).

relativamente curto vão dar em transformações estruturais da sociedade, em especial das relações econômicas e do equilíbrio recíproco das diferentes classes e categorias sociais” (1978, p.11), poderiam, por si, ser equiparadas a uma revolução. Por outro lado, a consideração de que o problema central do Brasil seria *“uma massa de trabalhadores destituída de tudo”* inapta ao consumo interno, leva Prado a defesa da proposição, pela esquerda, de um programa de reformas necessárias ao progresso e *“desenvolvimento do país e do povo brasileiro”*. Para nós, essa concepção além de assemelhar-se a das *tarefas que entravam o progresso e o desenvolvimento*, articula-se com a visão de que o capitalismo no Brasil seria incapaz de *“incorporar, ainda que minimamente, milhões de pessoas aos frutos do desenvolvimento”*. Na perspectiva de uma visão Marxista sobre a produção, essa é uma afirmativa que, segundo OLIVEIRA (1981) *“parece desconhecer que a primeira finalidade do sistema é a própria produção enquanto a segunda, muito do gosto dos economistas conservadores do Brasil, enreda-se numa dialética vulgar como se a sorte das “partes” pudesse ser reduzida ao comportamento do “todo”, a versão comum da “teoria do crescimento do bolo”*. Reeditando a máxima *“crescer o bolo para depois dividi-lo”* de Delfim Netto, o projeto PT rebaixaria as determinações e preocupações que originalmente levaram à própria teoria das etapas: a necessidade de transição ao socialismo.

Tangenciado pelas conjunturas cada vez menos favoráveis à classe trabalhadora no mundo (queda do muro, por exemplo) e no Brasil em particular, os passos seguintes do PT, grosso modo, aprofundou seu drama de mal à pior. Incorporando como tarefa prioritária o aprofundamento da democracia como contraponto ao capitalismo, o neoliberalismo e o setor financeiro como inimigos prioritários – como se não tivessem nenhuma relação com o capital produtivo –, a defesa da nação, a proposta de um novo contrato social para o desenvolvimento da economia e uma adesão a um tipo de “republicanismo social”, as tarefas em atraso passariam a ser, não mais, do que o atraso do próprio PT em inserir-se na *democracia de cooptação* contra a qual nasceu lutando.

Capital-Imperialismo Subalterno e Dependente em tempos de Projeto Democrático e Popular: Ritualizando a questão Nacional.

“(…) Sobretudo, aqui, qualificam-se como revolução movimentos políticos que somente encontram a sua razão de ser na firme intenção de evitá-la, e assim se fala em Revolução da Independência, Revolução de 1930, Revolução de 1964, todos acostumados a uma linguagem de paradoxos em que a conservação, para bem cumprir o seu papel, necessita reivindicar o que deveria consistir no seu contrário – a revolução. Nessa dialética brasileira em que a tese parece estar sempre se

automeando como representação da antítese, evitar a revolução tem constituído, de algum modo, na sua realização.” (VIANNA, 1977, p.12).²⁵

No princípio do século XXI a relação social do Capital a assinalou sua trajetória até a concentração em grau monopolista – como indicou Marx ao traçar a tendência de sua concentração e Lênin ao perceber a nova qualidade da concentração de capitais –, modernizou os Estados a partir da difusão quase universal da “democracia representativa”, desenvolveu as instituições de uma sociedade civil madura, tipo “Ocidental” como em Gramsci, apresentando-se, portanto, em um novo patamar de qualidade: enquanto ordem internacional do capital-imperialismo, como prenunciou recentemente Fontes.

A expansão do Capital se deu, irremediavelmente, a partir da imposição a “ferro e fogo” em todo mundo. As duas guerras mundiais do século XX, as crises cíclicas e suas consequências nefastas para a vida das populações, as *revoluções encapuzadas* por ditaduras militares de autocracias burguesas com *formas abertas e sistemáticas de ditadura de classe* revelam o substrato da concentração e centralização de capitais: a extrema violência.

O Brasil, sempre integrado de forma dependente e subalterna à ordem imperialista internacional *“também experimenta na sua dinâmica interna o predomínio do capital monetário, convertendo-se em país capital-imperialista.”²⁶*. Sob a ditadura de 1964, um profundo impulso da economia monopolista e da implantação de um sistema financeiro completaria o processo de modernização conservadora brasileira. Posteriormente, os projetos que se convencionaram chamar “neoliberais”²⁷ significariam um momento de intensa rapinagem do monopólio estatal e sua disponibilização ao capital privado. Além da intensificação das *expropriações primárias*, este processo se afincaria em *expropriações secundárias*, seja a partir da retirada de direitos trabalhistas, da flexibilização das relações de trabalho ou a ampliação de mercados de serviços para exploração privada (educação e saúde, por exemplo). Ainda assim, a característica subalterna do imperialismo brasileiro se faz notar:

²⁵ VIANNA L, Werneck. *Caminhos e Descaminhos da Revolução Passiva Brasileira*. In. A revolução passiva. Iberismo e americanismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1997, p. 12.

²⁶ Apontar a completude do capitalismo no Brasil também significa destacar sua capacidade produtiva ampla – e o grau de desenvolvimento dos seus setores primário, secundário e terciário – porém subordinada ao capital-imperialismo internacional.

²⁷ “(...) o termo neoliberalismo recobre uma variedade muito grande de práticas, de políticas e de proposições, e arrisca-se a encobrir as características específicas do capital-imperialismo contemporâneo, admitindo proposições antineoliberais que se limitam a sugerir um retorno impossível ao “bom e velho” capitalismo industrial. Em outro viés, o termo acomoda mal as transformações ulteriores, como a terceira-via ou o volume gigantesco de recursos públicos destinados a salvar bancos e empresas em todo o mundo, sobretudo a partir de 2008, levando a posição de adjetivos suplementares.” (FONTES, 2011, p. 212).

Ora, é exatamente a clarificação da composição heteróclita do capital-imperialismo que nos leva a admitir que no bojo de sua expansão se tenham constituído novos pólos também capital-imperialistas, embora subalternos. Tais resultados não foram necessariamente desejados ou fruto de uma atuação intencional de capital-imperialistas singulares, eventualmente mais propensos a modalidades neocoloniais. A expansão capital-imperialista ocorreu na medida em que o país reunia algumas de suas condições econômicas fundamentais: um ciclo avançado de industrialização e monopolização do capital, com a existência dos diferentes setores econômicos complexamente entrelaçados; um Estado plasticamente adaptado ao fulcro central da acumulação de capitais e com razoável autonomia diante das pressões emanadas por capitalistas singulares ou por um único setor econômico, capaz de garantir a manutenção complexa da acumulação expandida através de uma atuação externa consequente; formas razoavelmente estáveis de contenção das reivindicações igualitárias populares. (FONTES, 2011, p.307).

O governo do PT e sua agenda política desenvolvimentista parece ter caído como luva na tradição de apassivamento da *pressão dos de baixo* e contribuído, com um grau concentrado de legitimidade, ao *diálogo entre as classes* tão necessário à *democracia de cooptação*. Projetos de aprofundamento do desenvolvimento como os planos de aceleração do crescimento – PAC I, PAC II – e projetos de integração regionais internos e externos como o IIRSA, estimularam uma participação ainda maior do Estado no beneficiamento de infraestrutura para o desfrute do Capital. Junto a outros determinantes, um movimento de expansão econômica significativo fez a economia brasileira chegar, em 2011, ao posto de 6ª economia mundial.

O reaquecimento do ideário de um nacionalismo em torno dos grandes investimentos e de grandes eventos internacionais aparece como uma cápsula de propaganda que oculta a essência: um acelerado desenvolvimento do capital-imperialismo brasileiro sob o fulcro da adesão à *revolução dentro da ordem* pelo Partido de Trabalhadores e seu Programa Democrático Popular. Como resultado do caldo de cultura de interpretações dualistas da formação social brasileira e de programas etapistas da revolução, o projeto PT parece consolidar o que os antropólogos chamariam de *rito de passagem*²⁸, ritualizando a questão nacional. Estaríamos fadados inevitavelmente a um programa de transformação que precisaria, ainda que no auge da ordem imperialista internacional, superar entraves, impedimentos, obstruções de tarefas ainda em atraso.

²⁸ As teorias antropológicas sobre ritual ocupam espaço central no estudo sobre ritos relacionados à mudanças culturalmente representadas. Alguns acontecimentos, num certo sentido, simbolizam uma *iniciação, passagem* e marcam a transição de um *status* social para outro.

Outro aspecto aparente que parece indicar o novo patamar da relação-capital no Brasil é a sua suposta *nova burguesia nacional*. Sua subjetividade para finalidade deste artigo deve, contraditoriamente, ser colocada em seu devido lugar: um lugar em que é, apenas, a de encarnação de um personagem. No prefácio à segunda edição de *O Capital*, Marx adverte ao leitor desatento que, para evitar possíveis erros de compreensão, não teria pintado *os capitalistas de cores róseas*, teria, apenas, tratado-os como pessoas à medida que seriam personificações de:

(...) categorias econômicas, portadoras de determinadas relações de classe e interesses. Menos do que qualquer outro, o meu ponto de vista (...) pode tornar o indivíduo responsável por relações das quais ele é, socialmente, uma criatura, por mais que ele queira colocar-se subjetivamente acima delas. (MARX, 1985, Prefácio à 2ª Edição).

Em que medida então, teria lugar uma nova burguesia brasileira gestada por um passado não tão distante? Ricardo Antunes (2012) destaca em entrevista recente, o processo de transnacionalização da burguesia brasileira como uma “conquista” do governo Lula, levando essa burguesia, a partir da sua ativa concentração de capitais, à expansão em fronteiras transnacionais. Será ela uma burguesia modernizada ou uma *modernização conservadora* da velha *burguesia autocrática* brasileira? Diante da subalternidade de nosso capital-imperialismo, porém com o amadurecimento da concentração e centralização de nossos capitais, tal burguesia parece exacerbar a marca de *vanguarda política* da ordem do capital – servindo como plataforma de expansão para América Latina e África – como bem alertou Marini e mais contemporaneamente, Zibechi (2012). Em seus traços se engendram características de oligarquias e aristocracias rurais e os frutos da transição conservadora: burguesias autoritárias e particularistas, num desenvolvimento em que os elementos mais atrasados se repõem permanentemente “*como se o ‘burguês moderno’ renascesse das cinzas do ‘senhor antigo’*”, tal qual tão bem advertiu Fernandes (1976).

O curso das revoluções da classe trabalhadora e a análise histórica sobre o desenvolvimento do capitalismo estiveram intrinsecamente conectados durante todo o século XX, assinalando a indissociabilidade da relação entre ambos. O fluxo dos acontecimentos revolucionários, que se configurava “*como um processo que iria dos países centrais para a periferia*”, teve que lidar com o fato de que condições históricas para revolução tenham aparecido nos “*elos débeis do capitalismo*”, como afirmou Lênin. Posto isto, parece-nos correto afirmar, com ainda maior veemência, a impossibilidade de compreender o atual momento do capitalismo brasileiro a partir de anacrônicas formulações centradas em alternativas que se preocupem com o desenvolvimento do capitalismo. Mais do que nunca é

plausível asseverar que a dinâmica internacional do Capital elevou a relação entre centro e periferia a um novo patamar, tornando, necessariamente, a questão nacional em extemporânea peça de museu.

Assim, diante da relação dependente à ordem do capital-imperialismo por países de capitalismo tardio como o Brasil, o momento proporciona colocar em questão, definitivamente, os precários dualismos e etapismos que obstruíram a compreensão do fenômeno imperialista em seu âmago. Projetos que, assim, contribuíram, mesmo que inconscientemente, com a interpretação de imperialismo baseado no *anexionismo* de Kautsky, apartando-o e alienando-o de sua determinação econômica. Mesmo que as circunstâncias históricas do desenvolvimento do próprio capitalismo tenham enterrado qualquer fetiche destas teorias, elas paradoxalmente parecem ter se reapresentado em nosso passado próximo e presente, fundamentando programas de desenvolvimento supostamente nacionais, porém cujo destino inexorável é aprofundar o capital-imperialismo. A mobilização do sentimento “nacionalista” surge – como aponta Oliveira (1981) – desviando a atenção da relação interna e externa dos conflitos, uma vez que o fulcro das contradições localiza-se na relação entre classes sociais.

Ao apontar que a escala de expansão de capitais no início do século XX transformara qualitativamente o capitalismo, Lênin revelaria os novos traços e a nova complexidade que esse fenômeno embutiria à luta de classes. Nosso artigo encerra-se, portanto, com o mesmo apontamento que começou: de que se faz fundamental aprofundar a compreensão do patamar atual de desenvolvimento do imperialismo, e, em paralelo, adensar a consolidação de uma perspectiva crítica ao Programa Democrático e Popular.

Contribuir sob o ponto de vista teórico-político com a caracterização da formação social e econômica contemporânea e com o debate programático da esquerda frente à nova ordem do Capital é somar-se à principal trincheira de oposição à expansão do capitalismo para todos os setores da vida social: a Luta de Classes.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. Rio de Janeiro: TV Cultura, 03 de setembro de 2012. Entrevista em Programa de TV.

DEMIER, Felipe. *O Longo Bonapartismo Brasileiro (1930-1964): Autonomização Relativa do Estado, Populismo, Historiografia e Movimento Operário*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, 2012.

Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores. *Resoluções do 5º Encontro Nacional*. Brasília, 1987.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil – Ensaio de Interpretação Sociológica*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

_____ *O que é a Revolução?* Disponível na Internet via <http://www.casadajuventude.org.br/media/oqueerevolucao.pdf>. 1981.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

IASI, Mauro. *As Metamorfoses da Consciência de Classe: O PT entre a negação e o consentimento*. 1ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____ *Ensaio sobre consciência e emancipação*. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LENIN I., Vladimir. *Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo*. São Paulo: Global Editora, 1982a.

_____ *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia – o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. São Paulo: Abril Cultural, 1982b.

LÖWY, Michael. *Teoria do desenvolvimento desigual e combinado*. Revista Actual Marx, 18, 1995. Tradução de Henrique Carneiro.

_____ *Revolução burguesa e revolução permanente em Marx e Engels*. Discurso, [S.l.], n. 9, p. 129-152, dez. 1978. ISSN 2318-8863. Disponível em: <http://revistas.usp.br/discurso/article/view/37849/40576> . Acesso em: 23 Janeiro de 2014.

MACHADO, João. *O que foi o “Programa Democrático e Popular” do PT?* Disponível em: <http://www.consultapopular.org.br/sites/default/files/O%20que%20foi%20o%20PDP.pdf>

MARX, Karl. *O capital*. 2ª Edição. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____ *Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas*. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1850/03/mensagem-liga.htm>, 1982.

_____ *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

MARX, Karl; ENGELS, Frederich. *A Ideologia Alemã*. 4ª Edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1984.

OLIVEIRA, Francisco. *A Economia Brasileira: Crítica à razão dualista*. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

PRADO JR., Caio. *A revolução brasileira*. 1ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 1966.

SEGATTO, José Antonio. *Revolução e história*. 1999. Disponível em:

<http://www.acesa.com/gramsci/?id=409&page=visualizar>

TRANSPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro (Org). *Ruy Mauro Marini, Vida e Obra*. 1ª Edição. São Paulo: Expressão Popular. 2005.

TROTSKY, Leon. *A Revolução Permanente*. 1ª Edição. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

VIANNA, Luis Werneck. *A institucionalização das ciências sociais e a reforma social: do pensamento social à agenda americana de pesquisa*. In. *A revolução passiva. Iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

ZIBECHI Raúl. *Brasil potência: entre a integração regional e um novo imperialismo*. Tradução Carlos Walter Porto-Gonçalves. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.